

Uma análise comparativa entre a demonstração das origens e aplicações de recursos, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado

Guilherme Júlio da Silva

professor no Departamento de Ciências Contábeis da UFSC

Vanessa Marcela Nascimento

Bacharel em Ciências Contábeis pela UFSC

Resumo

O presente artigo aborda uma análise comparativa entre a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR, a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Discorre sobre as vantagens e desvantagens das demonstrações de origens e aplicação de recursos e a do fluxo de caixa. Quanto à Demonstração do Valor Adicionado, apresentou-se o método utilizado para sua elaboração e se expôs a importância da informação de cunho social e econômico para o usuário, já que esta é complementar às demais demonstrações e sua implantação não suscita maiores discussões. Devido aos posicionamentos divergentes dos

Guilherme Júlio da Silva e Vanessa Marcela Nascimento

autores, não há consenso a respeito da melhor demonstração a ser adotada, se a DOAR ou a DFC, dando a impressão de que a decisão deverá convergir para a adoção em conjunto dos dois relatórios.

Palavras-chave: DOAR; DFC; DVA; Vantagens e desvantagens.

Abstract

The present article establishes a comparative analysis between the following financial reports: sources and applications of resources, a different type of cash flow, cash flow statement (CFS) and economic value added (EVA). It deals with the advantages and disadvantages of the first two. As to the third one, the method to produce it is exposed as well as the importance of its social and economic information, for it complements the other reports and its application does not trigger bigger discussions. Since theorists have no shared opinion about the best report to be adopted, either doar or dfc, one gets the impression that the final decision will be to adopt both of them.

Key words: CFS, EVA, Advantages and disadvantages

INTRODUÇÃO

Em virtude das mudanças sociais e econômicas que afetam as empresas, a Contabilidade, como ciência que é, evoluiu procurando novas formas de estudar e evidenciar o patrimônio. Nesses estudos utilizam-se técnicas da escrituração, da análise, da auditoria contábil e da contabilidade gerencial, que fornecem informações através dos seus relatórios.

Entre tais relatórios encontram-se as Demonstrações Contábeis, que devem evidenciar as informações de forma confiável, compreensiva, oportuna e em tempo hábil, buscando uma padronização para satisfazer os interesses comuns a um grande número de diferentes usuários.

No Brasil as demonstrações contábeis foram padronizadas, visando atender ao usuário externo, tendo sua regulamentação sido dada pela Lei 6.404/76 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, ambas sustentadas nos princípios fundamentais de contabilidade.

Vale ressaltar que, em decorrência da tendência de padronização dos procedimentos contábeis, e em virtude da globalização, requer-se, além da harmonização das normas contábeis, a escolha das demonstrações a serem adotadas. Essa escolha passa pelo estudo e pesquisa de quais demonstrações serão realmente úteis e acessíveis aos diversos usuários das informações contábeis.

Em virtude da necessidade de se entender e divulgar a composição do valor adicionado pelas entidades, surgiu a Demonstração do Valor Adicionado que mostra o quanto de valor uma empresa adicionou aos seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída entre empregados, governo, acionistas, entre outros, e quanto ficou retido na empresa. Devido à melhor comunicação com a maioria dos seus usuários, a Demonstração do Fluxo de Caixa, que evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades da empresa em determinado período, através de fluxos de recebimentos e pagamentos, está sendo exigida cada vez mais. Já a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, por seus conceitos mais amplos, como o da variação do capital circulante líquido, e que não são facilmente entendidos, está tendo sua utilidade discutida.

Neste contexto aborda-se neste artigo as vantagens e desvantagens de cada uma delas, fazendo-se uma análise comparativa entre a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), a Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

A INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO ÚTIL PARA O USUÁRIO

Desde o surgimento da contabilidade, quando esta servia à necessidade do gestor de quantificar seu patrimônio, pois ele era muitas vezes o proprietário da empresa, houve o interesse de fornecer informações aos diretamente interessados no negócio. Assim, a contabilidade nasce como sistema de informação, com o objetivo de controlar e apurar o lucro e avaliar o patrimônio, proporcionando informações úteis para a gestão do patrimônio. Essas características permitiram à contabilidade não apenas surgir, mas também evoluir com base nos Princípios Fundamentais da Contabilidade que foram aparecendo espontaneamente, ao longo do tempo.

Posteriormente, apareceram os usuários externos, representados primeiramente pelos fornecedores de crédito, como os banqueiros e fornecedores de bens e serviços. Logo depois, apareceu o Estado, que assumiu a posição de mais importante usuário das informações contábeis.

Em seguida mais um grupo cresce e assume grande importância: o dos investidores, sejam eles efetivos, potenciais, institucionais ou especuladores. A partir do desenvolvimento das sociedades por ações e da emissão de títulos, esse grupo volta seu interesse para a posição e a evolução patrimonial da empresa.

Entretanto, deve-se observar que segundo a NBC T 1, do Conselho Federal de Contabilidade, de 28 de julho de 1995, a informação contábil deve ser “veraz e eqüitativa, de forma a satisfazer as necessidades comuns a um grande número de diferentes usuários, não podendo privilegiar deliberadamente a nenhum deles, considerando o fato de que os interesses destes nem sempre são coincidentes”.

Ainda de acordo com a NBC T 1, as demonstrações contábeis, principalmente as previstas em legislação, através de suas informações,

devem proporcionar revelação suficiente sobre a entidade, satisfazendo assim as necessidades do usuário, revestindo-se de atributos como confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade.

A confiabilidade, conforme a NBC T 1, é o “atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação (...) fundamenta-se na veracidade, completeza e pertinência do seu conteúdo.”

Já a comparabilidade prevê que as políticas adotadas pela contabilidade sejam uniformes, evidenciando a evolução de determinada informação e permitindo que os usuários identifiquem semelhanças, diferenças e tendências na comparação de um período com outro.

Tempestividade é um atributo da informação que influencia a tomada de decisões. De acordo com a NBC T 1, “A tempestividade refere-se ao fato de a informação contábil dever chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins.”

A compreensibilidade refere-se a clareza e objetividade, ou seja, as características que devem tornar a informação fácil de ser entendida.

Como foi comentado, a informação contábil é utilizada por um grande número de pessoas e entidades, devendo provê-las com demonstrações que utilizem linguagem e conceitos simples, possibilitando uma real comunicação. Segundo Iudícibus e Marion (1999, p.59),

Os objetivos da Contabilidade, pois, devem ser aderentes, de alguma forma explícita ou implícita, àquilo que o usuário considera como elementos importantes para seu processo decisório. Não tem sentido ou razão de ser a Contabilidade como uma disciplina ‘neutra’, que se contenta em perseguir esterilmente uma ‘sua’ verdade ou beleza. A verdade da Contabilidade reside em ser instrumento útil para a tomada de decisões pelo usuário, tendo em vista a entidade.

Neste sentido, as informações contábeis não devem atender exclusivamente os aspectos fiscais, em detrimento das informações gerenciais. Portanto, o processo decisório quanto às informações a serem apuradas pela contabilidade deve dar maior ênfase ao controle financeiro e à prestação de informações de cunho social e econômico, por serem de extrema importância as informações sobre a riqueza gerada e o lucro distribuído, bem como sobre o fluxo de caixa.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

A Lei 6.404/76, em seu art. 176, inciso IV, estabelece a obrigatoriedade da elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), para todas as companhias abertas, bem como para as companhias fechadas consideradas de grande porte. A Lei nº 9.457/97 especifica o que deva ser uma companhia fechada de grande porte, conforme se depreende do § 6º: “Art. 176, § 6º – A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração das origens e aplicações de recursos.”

A discriminação da forma de apresentação da DOAR encontra-se no art. 188:

Art. 188: A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I) as origens dos recursos, agrupadas em:

a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;

Uma análise comparativa entre a demonstração das origens e aplicações de recursos ...

- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado

Assim, resumidamente, Perez Junior e Begalli (1999, p.148) afirmam que as origens são responsáveis pelo aumento no capital de giro líquido, e são provenientes de três hipóteses somente: “dos resultados da atividade da empresa, ou seja, dos lucros; do capital próprio, isto é, do aumento de capital ou de reservas; ou então, do capital de terceiros a longo prazo ou decorrente da alienação ou venda do capital fixo.”

No mesmo artigo, porém no inciso II, tem-se o detalhamento de como são agrupadas as aplicações:

- II) as aplicações de recursos, agrupadas em:
 - a) dividendos distribuídos;
 - b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
 - c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
 - d) redução do passivo exigível a longo prazo;

Perez Junior e Begalli (1999, p.148) também especificam que as aplicações, que correspondem às reduções no capital circulante líquido são provenientes de quatro hipóteses somente:

- da remuneração do capital próprio, os dividendos distribuídos;
- da aquisição de capital fixo, imobilizado;
- do aumento do realizável a longo prazo e da aquisição de capital fixo, investimentos e diferido;
- da redução de capital de terceiros, o exigível a longo prazo”.

Portanto, a DOAR evidencia as fontes e usos de recursos. Estes, segundo Iudícibus (1998, p.43), são assim expostos, “O lado do passivo, tanto capital de terceiros (passivo exigível) como capital próprio (patrimônio líquido), representa toda a fonte de recursos [financiamentos], toda a origem de capital. Nenhum recurso entra na empresa se não for via passivo e/ou patrimônio líquido. O lado do ativo é caracterizado pela aplicação dos recursos [investimentos] originados no passivo e patrimônio líquido.”

Por último, o artigo 188 especifica a variação no capital circulante líquido, resultante primeiramente da diferença entre os totais das origens e aplicações de recursos e, posteriormente, dos saldos de ativo e passivo circulantes, com suas variações líquidas no período, como se constata nos incisos III e IV: “III) o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido; IV) os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício”.

Assim, a DOAR tem por finalidade evidenciar as modificações na “posição financeira” da empresa, ou seja, as variações ocorridas no Capital Circulante Líquido (CCL) durante o exercício social. Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995, p.579) o CCL é “representado pelo Ativo Circulante (Disponível, Contas a Receber, Investimentos Temporários, Estoques e Despesas Pagas Antecipadamente), menos o Passivo Circulante (Fornecedores, Contas a Pagar e outras exigibilidades do exercício seguinte)”; toda vez que houver operação envolvendo contas do circulante e não-circulante, ocorrerá alteração no capital circulante líquido.

Para a estruturação da DOAR existem três demonstrações básicas que devem ser utilizadas, sendo que a ausência de qualquer uma delas dificulta sua elaboração. Estas demonstrações são: o Balanço Patrimonial, que apura a variação do CCL; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que fornece informações sobre contas que afetam o CCL; e a Demonstração do Resultado do Exercício, de onde se extrai o valor do lucro líquido e se fazem os ajustes necessários nas contas que não alteram o CCL. Assim, de acordo com Marion (2002, p.233), “alguns índices extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício terão seu poder de explicação ampliado, quando relacionados à Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.”

Para ser elaborada, separa-se o circulante do não-circulante, determinando-se o CCL; depois calcula-se a variação dos não-circulantes para chegar ao que é origem e ao que é aplicação de recursos. A DOAR é então elaborada por um método denominado indireto, que pode ser explicado como a “técnica de diferença de saldos entre os grupos não circulantes, a fim de derivar as fontes e usos de capital de giro.” (IUDÍCIBUS, 1998, p.73)

Portanto, suas utilidades principais são: se projetada para o futuro, fornecer indicações sobre a capacidade de pagamento da empresa a médio e longo prazos; e demonstrar, ao longo dos anos, a política de captação e aplicação dos recursos das empresas. De acordo com o exposto, a DOAR pode ser estruturada conforme Figura 1.

Escriturada S. A. – Cia Brasileira Mercantil				
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – em 19X8 (em milhões)				
1.	Origens de Recursos			
a)	Recursos Próprios			
	Lucro Líquido		900	
	Ajustes			
	Mais			
	Depreciação		900	
	Lucro do Exercício Anterior		300	
	Menos			
	Receita de Investimentos	300	(300)	
	Lucro Ajustado		1.800	
b)	Dos acionistas			
	Aumento de capital		1.200	
c)	Recursos de terceiros			
	Passivo Exigível a Longo Prazo		4.000	
	Total das Origens		7.000	
Menos				
2.	Aplicações de Recursos			
	Dividendos Distribuídos	(400)		
	Aumentos			
	Ativo Realizável a Longo Prazo	(1.000)		
	Investimentos	(700)		
	Imobilizado	(2.900)	(4.600)	
	Total das Aplicações		(5.000)	
Igual:				
3.	Aumento do Capital Circulante Líquido (7.000 – 5.000)		2.000	
4. Modificação do CCL	Inicial	Final	Variação	
	Ativo Circulante	9.000	13.600	4.600
	-) Passivo Circulante	(7.400)	(10.000)	(2.600)
	Capital Circulante Líquido	1.600	3.600	2.000

Figura 1 – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Fonte: Adaptado de Marion (2002, p.241).

MÉTODOS UTILIZADOS PARA A ELABORAÇÃO DA DFC E DVA

A Lei nº 6.404/76 sofreu algumas reformas em seu texto original, através da Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001, que entrou em vigor em 1º de março de 2002. Na verdade, o que está sendo chamado de “nova Lei” não passa de alterações e acréscimos de dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Uma análise comparativa entre a demonstração das origens e aplicações de recursos ...

Por tratarem de aspectos mais complexos, outros capítulos, como o das demonstrações financeiras, não foram reavaliados nesta lei, devendo ser objeto de lei complementar.

Assim, o Projeto de Lei nº 3.741/00 visa tratar das disposições relativas à elaboração e publicação de demonstrações contábeis. Em seu art. 176, incisos IV e V, pretende substituir a obrigatoriedade da elaboração da DOAR pelas demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado. Outro aspecto que será observado pelos usuários é a substituição do termo “demonstrações financeiras” por “demonstrações contábeis”.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa trata das movimentações financeiras da empresa, podendo ser utilizada de maneira preventiva a fim de evitar excessos ou falta de disponibilidades, como caixa, saldo bancário disponível e aplicações de alta liquidez. Sua importância é destacada por Lutosa (1997, p.35):

No fundo, o investidor e o credor estão interessados em estimar o caixa futuro que a empresa é capaz de produzir. Esta tarefa, extremamente complexa dado o número de variáveis aleatórias envolvidas e de incerteza presente em qualquer avaliação que se faça sobre o futuro, é facilitada pela quantidade e qualidade das informações disponíveis. Maior quantidade de informações, menor o nível de incertezas ao se apostar em um negócio.

Pela simplicidade e abrangência com que trata os aspectos financeiros, principalmente no médio e curto prazo do dia-a-dia das entidades, a DFC é de extrema utilidade, pois informa e evidencia aos seus usuários a capacidade da empresa de gerar fluxo de caixa positivo, quitar suas dívidas, pagar dividendos, analisar alternativas de investimento

e avaliar as situações presente e futura do caixa da empresa, adequando-se para que não chegue à situação de insolvência.

Esta evidenciação é feita através do fluxo de recursos financeiros do período, no qual se demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que passou pelo caixa em determinado período e o resultado desse fluxo.

Muitos problemas de insolvência ou iliquidez ocorrem por falta de uma adequada administração do fluxo de caixa. Assim, de acordo com Iudícibus (1998, p.79), “por falta de demonstração do fluxo de caixa previsto, uma empresa rentável pode ter sua falência requerida por não ter fundos disponíveis em determinado período para pagar suas contas.”

O Projeto de Lei nº 3.741/00 não estabelece um modelo para essa demonstração, nem de que forma ela deverá ser elaborada. Em seu art. 188, prevê apenas, em linha com as práticas internacionais, que essa demonstração seja dividida em três tipos de fluxo de caixa, como é indicado a seguir:

Art. 188: As demonstrações referidas nos incisos IV e V do art. 176 indicarão no mínimo:

I) a demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos

O referido projeto de lei propondo a eliminação da DOAR revoga a restrição sofrida por esta no art. 176 § 6º. Porém, mantém quase o mesmo texto legal, para as restrições sofridas pela demonstração do fluxo de caixa, que estão contidas no art. 294 , inciso III:

Uma análise comparativa entre a demonstração das origens e aplicações de recursos ...

Art. 294: A companhia fechada que tiver menos de 20 (vinte) acionistas, com patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) poderá ('Caput' com redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001): (...)

III) deixar de elaborar as demonstrações previstas nos incisos II a V do artigo 176 e no artigo 249.

Assim, apenas através de normatização específica é que os órgãos reguladores poderão estabelecer o modelo que julgarem melhor atender as necessidades informacionais dos usuários. A DFC pode ser apresentada de diversas maneiras, sendo as mais utilizadas os métodos direto e indireto. Esses métodos podem ser elaborados a partir do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e algumas informações adicionais da contabilidade. Sua principal diferença consiste na forma como são apresentados os recursos procedentes das operações. Na seqüência, apresentar-se-ão os dois métodos.

MÉTODO DIRETO

Este método demonstra todos os pagamentos e recebimentos de atividades operacionais da empresa, mostrando de forma clara a movimentação dos recursos financeiros, de onde vieram e a que se destinaram. É o que observam Iudícibus e Marion (1999, p.221): "As entradas e saídas do caixa são evidenciadas a começar das vendas pelos seus valores efetivamente realizados (recebidos), em vez do lucro líquido, como no Método Indireto. A partir daí, são considerados todos os recebimentos e pagamentos oriundos das operações ocorridas no período." O modelo direto de fluxo de caixa encontra-se representado na Figura 2.

Casa das Lingeries Ltda. Demonstração do Fluxo de Caixa – (Método Direto) em 1999		
a. Operações		
Receita recebida	730.000	
(-) Caixa despendido nas compras	(660.000)	70.000
(-) Despesas operacionais pagas		
Vendas	(30.000)	
Administrativas	(50.000)	
Despesas antecipadas	-----	(80.000)
Caixa gerado no negócio		(10.000)
b. Outras receitas e despesas		
(+) Receitas financeiras recebidas	10.000	
(-) Despesas financeiras pagas	(30.000)	(20.000)
Caixa líquido após operações financeiras		(30.000)
(-) Imposto de Renda pago		(60.000)
Caixa líquido após Imposto de Renda		(90.000)
c. Atividades de investimento		
Não houve variação do imobilizado	--	--
(+) Vendas de ações coligadas	10.000	
(+) Recebimento de ações coligadas	10.000	20.000
d. Atividades de financiamento		
(+) Novos financiamentos	50.000	
(+) Aumento de capital em dinheiro	40.000	
(-) Dividendos	(50.000)	40.000
Redução do caixa no ano		(30.000)
Saldo inicial do caixa		40.000
Saldo final do caixa		10.000

Figura 2 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto

Fonte: Adaptado de Marion (2002, p.212).

Dessa forma, o fluxo de caixa pelo método direto poderia ser estruturado apresentando-se primeiramente as atividades operacionais, que seriam representadas pelos recebimentos de clientes e outros, seus pagamentos a fornecedores, a credores diversos e a funcionários e os recolhimentos ao governo.

Na seqüência seriam apresentadas as atividades de investimentos que “Referem-se ao Não Circulante da empresa. Quando uma empresa compra máquinas, ações, prédios etc., reduz o caixa. Quando a empresa vende esses itens, aumenta o caixa” (MARION, 2002, p.66).

Por último, viriam as atividades de financiamento que, segundo Marion (2002, p.66), “poderão vir dos proprietários (aumento de capital em dinheiro) ou de terceiros (financiamentos, bancos etc.).”

Essa demonstração de fluxo de caixa facilita o entendimento do usuário, pois possibilita a visualização total da movimentação dos recursos financeiros, de onde provieram e a que se destinaram. No entanto, apesar de ser considerado mais simples e claro em relação ao indireto, este método necessita de um esforço maior para ser preparado, em virtude da quantidade de informações necessárias.

MÉTODO INDIRETO

O método indireto demonstra os recursos das atividades operacionais a partir do lucro líquido sendo ajustado por despesas e receitas que até então não afetaram as disponibilidades. Sua forma de elaboração se assemelha à da DOAR. Segundo Iudícibus e Marion (1999, p.221), “De forma análoga à DOAR, só que nesse caso enfocando o Caixa, consideram-se como aplicações (saídas) do caixa o aumento nas contas do Ativo Circulante e as diminuições no Passivo Circulante. Por outro lado, as diminuições de Ativo Circulante e aumentos nas contas do Passivo Circulante correspondem às origens das entradas de caixa.”

Assim, “para calcular as variações líquidas, basta subtrair o saldo anterior do saldo atual das contas do Circulante (Ativo e Passivo).” (MARION, 2002, p.66) Já os grupos das atividades de Investimentos e Financiamentos são, na maioria das vezes, em dinheiro, fazendo parte de ambas as demonstrações.

Verifica-se que, estando disposto dessa maneira, o fluxo não apresenta os valores efetivos de entrada e saída de caixa, mas sim valores originados de adições e subtrações do lucro líquido que não afetaram o caixa. Neste sentido, pelo método indireto, o fluxo de caixa das atividades operacionais é transferido do regime de competência para o regime de caixa.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995, p.604) observam que “o método indireto, principalmente pela sua parte inicial (lucro líquido ajustado) é semelhante à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, e como o objetivo do Fluxo de Caixa é facilitar o entendimento dos usuários comparativamente à DOAR, não vemos muito sentido na sua adoção.” O Fluxo de Caixa das atividades pelo método indireto está evidenciado na Figura 3.

Casa das Lingerie Ltda.		
Demonstração do Fluxo de Caixa – (Método Indireto) em 1999		
a. Atividades Operacionais		
Lucro líquido		24.000
(+) Despesas Econômicas (não afetam o caixa): Depreciação		<u>10.000</u>
		34.000
Ajuste por mudança no capital de giro (aumento ou redução durante o ano)		
Ativo Circulante		
Duplicatas a receber - aumento (reduz o caixa)	(70.000)	
Estoques de lingerie - aumento (reduz o caixa)	<u>(30.000)</u>	
	(100.00)	
Passivo Circulante		
Fornecedores - aumento (melhora o caixa)	20.000	
Salários a pagar - aumento (melhora o caixa)	10.000	
Impostos a recolher - redução (piora o caixa)	<u>(54.000)</u>	
	(24.000)	<u>(124.000)</u>
		(90.000)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
b. Atividades de investimento		
Não houve variação do imobilizado	<u>10.000</u>	
Vendas de ações de coligadas	<u>10.000</u>	
Recebimento de empresas coligadas	20.000	
c. Atividades de financiamento		
Novos financiamentos	50.000	
Aumento de capital em dinheiro	40.000	
Dividendos	<u>(50.000)</u>	
Redução do caixa no ano	40.000	60.000
		(30.000)
Saldo inicial do caixa	40.000	40.000
Saldo final do caixa	10.000	10.000

Figura 3 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

Fonte: Adaptado de Marion (2002, p. 65).

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O Projeto de Lei nº 3.741/00 introduz, ainda, uma nova demonstração – a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, cuja finalidade é complementar as demais demonstrações uma vez que, pelo Projeto de Lei, a DFC substitui a DOAR, e a DVA surge com o objetivo de trazer informações sociais e econômicas. Por influência de Inglaterra, França e Alemanha, essa demonstração surgiu na Europa, sendo cada vez mais exigida em nível internacional e sendo recomendada pela ONU. Sua elaboração está prevista no artigo 176, inciso V, e sua forma de apresentação está no artigo 188, inciso II: “II) a demonstração do valor adicionado – os componentes geradores do valor adicionado e a sua distribuição entre empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela retida para reinvestimento.”

Ainda de acordo com o referido projeto, as mesmas restrições sofridas pela Demonstração do Fluxo de Caixa valem para a Demonstração do Valor Adicionado, ou seja, fica revogado o art. 176 § 6º, referente à DOAR, e insere-se o art. 294, inciso III.

O modelo de apresentação da DVA também não é contemplado no projeto de lei, o que permite uma maior flexibilidade para órgãos reguladores o fazerem. Apenas é instituído que seja feita uma evidenciação mínima dos componentes que irão gerar o valor adicionado e a sua forma de distribuição ou retenção.

De acordo com Athar (1999, p.59), “Pelo anteprojeto, claro está que a base para elaboração da DVA são as vendas, e não a produção; entretanto, diversos outros itens que podem gerar polêmica ainda precisam ser debatidos.”

A Demonstração do Valor Adicionado se caracteriza por apresentar informações de cunho social e econômico, e não apenas contábil, evidenciando o quanto de riqueza uma empresa produziu. Ou seja, o quanto adicionou de valor aos seus fatores de produção, e a

respectiva distribuição entre os fatores que contribuíram para sua geração. Essa distribuição de “riqueza” é feita entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital e a própria empresa, isto é, o que nela fica retido. Na prática, de acordo com Marion (2002, p.69), a DVA:

é uma demonstração bastante útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, seu produto interno bruto (PIB). (...) Essa informação é tão importante que, além da sua utilização pelos países europeus, alguns países emergentes só aceitam a instalação e a manutenção de empresa transnacional se ela demonstrar qual será o valor adicionado que irá produzir.

A base para sua elaboração é a Demonstração do Resultado, que se destina a avaliar a parte da riqueza criada pela empresa, sob o enfoque do proprietário. A DVA então, evidencia, além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante de riqueza que a empresa criou. De acordo com Perez Junior e Begalli (1999, p.192), os valores constantes da DRE são tratados da seguinte maneira na DVA:

- A parte superior do relatório destina-se a demonstrar a apuração do valor adicionado, que representa o valor ‘gerado’ pela atividade comercial da empresa de comprar, estocar e vender.
- A parte inferior destina-se a explicar de que forma o valor adicionado foi destinado ou distribuído, portanto muda a ótica e aquela forma da DRE é substituída por outro enfoque, mais macroeconômico.

Uma análise comparativa entre a demonstração das origens e aplicações de recursos ...

Já no entendimento de Athar (1999; p.56), o cálculo do valor adicionado é apresentado na seguinte equação:

Onde:

$$\text{VAT} = [\text{VB} - (\text{MC} + \text{ST} + \text{OMS}) - \text{D}] + (\text{RF} + \text{EP} + \text{OR})$$

VAT	=	Valor Adicionado Total
VB	=	Vendas Brutas de bens e/ou serviços
MC	=	Materiais Consumidos
ST	=	Serviços de Terceiros Consumidos
OMS	=	Outros Materiais e Serviços Consumidos
D	=	Depreciação/Amortização/Exaustão
RF	=	Receitas Financeiras
EP	=	Equivalência Patrimonial
OR	=	Outras Receitas

Assim, o cálculo do Valor Adicionado Bruto – VAB – seria a diferença entre as vendas brutas e os consumos intermediários (materiais consumidos, serviços de terceiros consumidos e outros serviços e materiais consumidos). Já Valor Adicionado Líquido – VAL – seria obtido subtraindo-se do valor adicionado bruto as depreciações, amortizações e exaustões. Por último, o Valor Adicionado Total seria a soma do valor adicionado líquido com as receitas financeiras, equivalência patrimonial e outras receitas. As referidas fórmulas poderiam ser demonstradas da seguinte maneira, de acordo com Athar (1999, p.57):

$$\text{VAB} = \text{VB} - (\text{MC} + \text{ST} + \text{OMS})$$

$$\text{VAL} = \text{VAB} - \text{D}$$

$$\text{VAT} = \text{VAL} + (\text{RF} + \text{EP} + \text{OR})$$

Em seguida, vem a distribuição do valor adicionado, que é a parte mais relevante da demonstração, pois mostra a parcela que se destina

aos elementos que contribuíram para sua formação. De acordo com Mendes de Luca (1998; p.34), esses elementos são:

- empregados: remuneração pela força de trabalho;
- financiadores: remuneração pelos recursos emprestados;
- governo: remuneração pela estrutura social, política e econômica que gera condições de operações no meio ambiente; e
- acionistas: remuneração pelo capital investido na empresa.

Assim, aos empregados seriam pagos direitos de salários e décimo terceiro; aos financiadores seriam pagos juros sobre o capital “extra” à empresa; ao governo seriam pagos impostos federais, estaduais e municipais, e aos acionistas seriam pagos os dividendos e os lucros acumulados ou retidos. De acordo com os conceitos vistos, a DVA poderia ser estruturada conforme se mostra na Figura 4.

Companhia X	
Demonstração do Valor Adicionado – em 19X7 (em milhares de reais)	
Receita de vendas	1.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(132)
(-) Serviços de Terceiros	(41)
(-) Desp. Adm. e de Vendas	(91)
= VALOR ADICIONADO BRUTO	736
(-) Depreciações/Amortizações	(5)
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	731
Receitas Não-Relacionadas à produção	97
Financeiras	35
Equivalência Patrimonial	41
Demais receitas	21
= VALOR ADICIONADO TOTAL	828
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Empregados	402
Financiadores	55
Governos	181
Acionistas	190
Dividendos	102
Lucros retidos	88
	828

Figura 4 – Demonstração do Valor Adicionado

Fonte: Adaptado de Athar (1999, p. 59).

PONTOS CONVERGENTES DA DOAR E DFC

Embora os dois demonstrativos apresentem dimensões, enfoques e bases próprias, ambos se propõem a informar sobre a liquidez e solvência do negócio, sua posição financeira, o que propicia o surgimento de dúvidas e equívocos a respeito de seus reais significados e composições. A DOAR demonstra tais informações através de variações no CCL, e a DFC, através do caixa.

Assim, um dos pontos que dificultam o entendimento da DOAR é o conceito de CCL, requerido pela Lei nº 6.404/76, e que tem sofrido críticas sobretudo em relação à classificação de ativos e passivos em circulante e não-circulante. Pois, para se chegar ao CCL é feita a diferença dos grupos circulantes.

Outro item é o lucro líquido que representa uma das principais fontes de recursos operacionais e que seria seguido de ajustes de receitas e despesas, para demonstrar as origens de recursos que afetam o CCL. Neste sentido, Afonso (1999, p.25) entende que “Embora a DOAR já venha sendo adotada há aproximadamente 20 anos no Brasil, ainda hoje muitos de seus conceitos permanecem incompreendidos por grande parte dos usuários das informações contábeis. Talvez por isso haja também, no Brasil, a tendência de sua substituição pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.”

Portanto, se a Demonstração do Fluxo de Caixa for estruturada pelo método indireto, se assemelhará à DOAR, pois também partirá do lucro líquido ajustado. Assim, como já foi destacado, Iudícibus, Martins e Gelbcke observam que se o objetivo é facilitar o entendimento, não há muito sentido em substituir a DOAR pelo Fluxo de Caixa pelo método indireto.

PONTOS DISCORDANTES DA DOAR E DFC

Em relação à substituição da DOAR pela DFC existem ainda divergências por parte de vários autores sobre a extinção da DOAR, embora seja reconhecido que, do ponto de vista prático, para efeitos de divulgação e comunicação com os usuários, a DFC seja mais adequada que a DOAR. No entanto, para melhorar a qualidade da informação contábil, principalmente para atender aos usuários, sejam eles internos ou externos, é necessário estudar quais demonstrações serão mais pertinentes para a sinalização da liquidez e solvência do negócio.

Procurando harmonizar as práticas e demonstrações contábeis exigidas no País com as dos principais mercados financeiros, o Projeto de Lei visa a tornar obrigatória a publicação da DFC em substituição à DOAR, a exemplo do que ocorre no Reino Unido, no Canadá e nos Estados Unidos.

Os que defendem a DFC consideram esse relatório mais fácil de ser compreendido, principalmente pelos usuários externos. Como é constatado por Braga e Marques (1996, p.42), “Os fatos parecem sinalizar esse relatório como mais relevante aos usuários em suas avaliações de curto prazo que a DOAR e, dessa forma, a substituição desta última poderia ser adequada”.

Ainda seguindo essa mesma linha de raciocínio, Afonso (1999, p.32) entende que “A adoção da DFC em substituição à DOAR poderá significar uma melhoria na qualidade da informação contábil, principalmente para aqueles usuários pouco conhecedores da teoria contábil”.

Já para os defensores da DOAR, essa não deve ser substituída, devido à riqueza em termos de informações nela contidas. É o que Iudícibus e Marion (1999, p.222) constata: “Por outro lado, a DOAR não deve ser substituída, apesar de sua reconhecida complexidade, pois satisfaz àqueles usuários que podem usufruir da sua superioridade informativa ou mesmo pelo ganho proporcionado pela análise conjunta”.

Alguns autores defendem ainda a publicação em conjunto das duas demonstrações, como Lutosa (1997, p.37), que diz: “Por conseguinte, a DFC deve ser analisada em conjunto com a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos ampliada (DOAR e DMICCL), pois, no aspecto operacional, estes dois relatórios se complementam. Entende-se, portanto, que a manutenção das duas demonstrações têm um efeito sinérgico, isto é, cada uma passa a ter uma importância maior do que teria se analisada individualmente.”

Assim, observando-se as diferenças entre os autores, cabe aqui comentar também as diferenças entre as demonstrações. A forma como são expostas as atividades são divergentes: a DOAR as evidencia através das origens e aplicações de recursos, e a DFC, através das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos. A diferença consiste fundamentalmente nas atividades operacionais, já que os grupos das atividades de Investimentos e Financiamentos “normalmente, são em dinheiro e compõem ambas as demonstrações.” (LUTOSA, 1997, p.36)

Contudo, nas operações a DOAR mostra as variações de todo o circulante através do CCL, enquanto a DFC apresenta as variações nas disponibilidades. Como observa Afonso (1999, p.31), “a DOAR não é essencialmente financeira, pois considera o ativo circulante em seu todo, incluindo ativos monetários e não-monetários”; já a DFC é essencialmente financeira, pois trata apenas das disponibilidades. Essa diferença, que se constitui em importante divergência, interfere na administração financeira da empresa, devido ao fato de ativo e passivo circulantes serem necessários para se comparar recebimentos e pagamentos.

Entretanto, Lutosa (1997, p.28) destaca que “ativo e passivo circulante são concretos, mas a diferença entre ambos é abstrata, pois não se pode fazer uma vinculação direta entre as fontes de curto prazo (passivos circulantes) e os investimentos de curto prazo (ativo circulante).” Ainda segundo a autor:

... os defensores da DFC alegam que a DOAR leva a conclusões equivocadas como instrumento de avaliação de solvência e liquidez das empresas, pois as variações positivas de estoque e contas a receber podem não se transformar em caixa na totalidade, não interessando, portanto, a variação dinâmica do circulante como um todo, mas apenas do caixa. Isto sem falar nas Despesas Antecipadas, que integram o circulante, cujo caixa já aconteceu no passado. (LUTOSA, 1997, p.36)

Já a DFC constitui-se numa demonstração essencialmente financeira, pois considera apenas as contas de disponibilidades. Os “indicadores de liquidez baseados no caixa são mais eficazes para prever falência de empresas, que os mesmos indicadores em relação ao capital circulante” (LUTOSA, 1997, p.36). A DFC apresenta-se pelo chamado regime de caixa, e tanto a DOAR como as outras demonstrações têm como base o regime da competência.

Neste sentido, ao fazerem suas avaliações, os usuários encontram vários pontos divergentes nessas demonstrações, como no caso do CCL abordado pela DOAR, que tem um poder preditivo maior que a DFC, cujas avaliações são voltadas mais para o curto prazo. Ou no caso da adoção da DFC, em substituição à DOAR, que traria melhor qualidade das informações divulgadas. Contudo, observa-se ainda que, devido aos posicionamentos divergentes dos autores, não se tem um consenso a respeito da melhor demonstração.

VANTAGENS DA DOAR

A DOAR mostra, a partir da análise das origens e aplicações de recursos do não-circulante, as variações do capital circulante líquido em determinado período. Assim, de acordo com Lutosa (1997, p.28), “A diferença entre ativo e passivo, em um instante qualquer, é um conceito

estático, que indica a posição financeira tendo o capital circulante como referência de fundos.”

Ainda segundo Lutosa (1997, p.37), “demonstrou-se que a DOAR deve ser vista como um instrumento de análise gerencial e é bastante relevante para, juntamente com as demais demonstrações, ajudar a previsão do caixa futuro que a empresa é capaz de gerar.” Portanto, essa informação torna-se imprescindível, uma vez que um dos pontos mais importantes para o usuário é saber se a empresa irá conseguir gerar caixa no futuro.

Marion (2002, p.233) aponta as vantagens dessa demonstração: “A análise da DOAR permite identificarmos quais os tipos de fontes de recursos que alimentam a empresa; qual tem uma participação maior; qual o destino que a administração da empresa está dando para os recursos; qual é o nível de imobilização e de não-imobilização da empresa; qual é o nível de investimentos em outras atividades (não-operacional) etc”.

Assim, a DOAR apresenta como foram obtidos e utilizados os recursos financeiros, estando mais voltada para previsões de médio e longo prazo. Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995, p.609) ressaltam que “a DOAR é muito mais rica em informação e capaz de um poder preditivo muito maior que o Fluxo de Caixa.” Outras vantagens são citadas por Afonso (1999, p.30):

1. Fornece informações que não constam em outras demonstrações: por esse motivo, quando elaborada por um usuário externo, com base nas informações do balanço e da demonstração do resultado, não é tão completa e informativa.
2. Possibilita um melhor conhecimento da política de investimento e de financiamento da empresa.
3. Alguns autores ressaltam seu poder preditivo.
4. É mais abrangente que o fluxo de caixa, pois representa as mudanças na posição financeira em seu todo.

5. Possui uma capacidade analítica de longo prazo maior que o fluxo de caixa.

6. Permite melhor integração entre o lucro contábil e a posição financeira da empresa.

Portanto, esta demonstração é de grande utilidade pois fornece informações imprescindíveis aos usuários para analisar e extrair os conceitos nela contidos.

VANTAGENS DA DFC

No tocante à DFC, as principais vantagens são que esta utiliza conceitos simples e de fácil interpretação, o que permite melhor comunicação com seus usuários. Outras vantagens podem ser observadas em Braga e Marques (1996, p.37):

1. encontra-se isenta dos procedimentos de rateio arbitrários usuais;
 2. focaliza a atenção do leitor ao valor 'verdadeiro' (em sinônimo a objetivo) do dinheiro, considerado como medida mais apropriada para mensurar a empresa em continuidade;
 3. possibilita à administração projetar o futuro da organização;
 4. proporciona melhor visualização da capacidade de pagamento dos investimentos realizados e da política financeira empregada
- ...

Outras vantagens são a de fornecer informações sobre a situação financeira e a “possibilidade de utilização da demonstração de fluxos de caixa por um número muito mais ampliado de usuários” (AFONSO, 1999, p.22).

A DFC mostra as variações que ocorrem no caixa, não sendo assim uma demonstração estática, permitindo que sua análise e comparação ocorram de maneira mais fácil, principalmente quando feitas em conjunto com as demais demonstrações que apresentam somente saldo em determinado momento. Beaver, citado por Lutosa (1997, p.29), conclui em sua pesquisa que “indicadores de solvência baseados em conceitos restritos de fundos (caixa) são mais eficazes para prever falência de empresas (...) que os mesmos indicadores tomados em relação ao conceito amplo de fundos (capital circulante líquido).”

Em síntese, a facilidade de compreensão da DFC é sua vantagem principal, pois permite que a comunicação da contabilidade com o usuário possa ser aprimorada.

De acordo com Epstein e Pava, em sua pesquisa realizada sobre a utilização da DFC, 41,7% dos acionistas dos Estados Unidos entrevistados em 1973 tinham dificuldades de entender a DOAR, contra 28,5% dos entrevistados em 1991 que afirmaram ter dificuldade de entender a DFC, donde se conclui que a DFC é mais fácil de compreender que a DOAR, pelo menos para os acionistas dos Estados Unidos.” (AFONSO, 1999, p.23)

Neste sentido, a DFC atende às necessidades dos seus usuários, em especial daqueles externos à contabilidade, possibilitando que esse relatório seja utilizado para fins decisórios, por constituir-se numa fonte útil de informação.

DESVANTAGENS DA DOAR

Ao demonstrar um fluxo cuja base é o valor agregado líquido dos elementos que compõem o ativo e passivo circulantes, a DOAR traz dificuldade de entendimento para seus usuários. Para Lutosa (1997; p.28), “Talvez aí resida o maior motivo da extinção dessa demonstração: a abstração que ela representa. Ativo e passivo são concretos, mas a

diferença entre ambos é abstrata, pois não se pode fazer uma vinculação direta entre as fontes de curto prazo e os investimentos de curto prazo”. E continua o mesmo autor, afirmando que foi “um erro de avaliação a introdução da DOAR pelos países que a adotaram a partir da década de 70 (caso do Brasil), quando estava em pleno processo de questionamento, sustentado em pesquisas empíricas, a utilidade desse demonstrativo para o usuário externo” (LUTOSA, 1997, p.31).

Outra desvantagem é o fato de não prover seus usuários com informações suficientes sobre liquidez e solvência da empresa. Afonso (1999; p.26) afirma que “os conceitos de CCL não suprem informações úteis sobre liquidez e flexibilidade financeira como faz o fluxo de caixa”. Lutosa (1997, p.37) reforça essa dificuldade afirmando que “o seu uso, como indicador de solvência e liquidez, é equivocado, pois é grande a probabilidade de não haver uma conversão total das variações do circulante em caixa”.

Observa-se ainda que existem outras críticas à DOAR, como a feita por Afonso (1999; p.30), ao entender que “a DOAR, pela legislação societária, não atende a setores específicos, como, por exemplo, às instituições financeiras.” Ou a de Silva, Santos e Ogawa, citados por Afonso (1999, p.30), que entendem que “o uso da DOAR não tem sido pesquisado de forma científica, inclusive nos países onde a pesquisa contábil se encontra mais desenvolvida.”

Em síntese, sua principal desvantagem é o fato de utilizar conceitos pouco compreendidos pelos seus usuários, o que dificulta o seu entendimento e interpretação.

DESVANTAGENS DA DFC

Não obstante sua grande importância, a demonstração do fluxo de caixa tem algumas desvantagens, que estão sendo discutidas a fim de estabelecer um modelo que supra as necessidades informativas dos usuários.

Um dos pontos questionáveis é que a DFC pelo método indireto se assemelha à DOAR. Afonso (1999, p.31) entende que “Há uma tendência de utilização do fluxo indireto, apesar de esta metodologia não ser recomendada, pelo fato de ser muito parecida com a DOAR”. Ou seja, se o objetivo da DFC é possibilitar melhor comunicação com a maioria dos seus usuários, não há muito sentido em adotar essa demonstração pelo método indireto.

Por sua vez Lutosa (1997, p.37) observa que podem ocorrer problemas na análise, quando se verifica isoladamente o caixa. Segundo o autor,

Há uma tendência de os usuários da DFC acreditarem que grandes volumes líquidos positivos de caixa das operações são bons, e que pequenos volumes, positivos ou negativos, ou grandes volumes negativos são ruins. Empresas em expansão necessitam de investimentos crescentes em capital circulante, e assim as suas DFCs, apresentando baixo caixa operacional, podem induzir a erros de análise se consideradas de forma isolada.

Para Braga e Marques (1996, p.42), existe o problema de essa demonstração não vir a apresentar a realidade, pois verifica-se que “a despeito de, presumivelmente, evitar rateios de custos e, assim, inibir a ‘maquilagem’ dos relatórios financeiros, essa alegação favorável à demonstração não se verifica na prática, uma vez que o relatório pode camuflar atrasos deliberados de pagamentos e antecipações planejadas de recebimentos, com o benefício de um exercício social em detrimento de outros.”

Ainda segundo Braga e Marques (1996, p.42), “em adição, a existência de discrepâncias em alguns de seus itens integrantes, no tocante às variações mostradas no Balanço, parece representar uma desvantagem fundamental, notadamente por ‘violar’ os princípios contábeis.”

Diante do apresentado, observa-se que essa demonstração precisa ser amplamente discutida no meio acadêmico e profissional, a fim de serem dirimidas as dúvidas, principalmente as referentes ao fato de poder não apresentar a realidade, quando encobrir atrasos de pagamentos, ou no caso de supostamente “violiar” os princípios fundamentais de contabilidade.

A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO DE CUNHO SOCIAL E ECONÔMICO PARA O USUÁRIO

Atualmente o conceito de responsabilidade social está sendo muito discutido; assim, “Sabe-se que a empresa, além de um agente econômico com a missão de produzir riqueza, é também um agente social e, como um dos componentes da sociedade, deve prestar contas aos demais”. (MENDES DE LUCA, 1998, p.17)

Hoje em dia as empresas não devem buscar somente o lucro. Existem obrigações no seu relacionamento com a sociedade, como a preservação do meio ambiente, a geração e manutenção de empregos, a qualidade dos bens/ serviços, entre outros. Isto ocorre porque, segundo Mendes de Luca (1998; p.17), a empresa “vem se tornando uma das peças fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. As inter-relações existentes entre a empresa e os vários elementos do seu ambiente nos mostram a grande dimensão da sua responsabilidade social.”

Portanto, na sociedade há uma crescente preocupação em se analisar a empresa como instituição social e não apenas como instituição econômica. Deste modo, a DVA surgiu para atender às necessidades informacionais de seus usuários, quanto ao valor de riqueza criado pela empresa e sua utilização, estando assim relacionada com o conceito de responsabilidade social.

Mendes de Luca (1998, p.33) afirma que “devido a algumas transformações socioeconômicas, surgiram diferentes tipos de usuários de informações econômico-financeiras, com diferentes tipos de necessidades também”.

A DVA integra o chamado Balanço Social, e caracteriza-se por apresentar informações econômicas e sociais, sendo a DRE a base para sua elaboração.

O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire em determinado período, sendo obtido pela diferença entre as vendas ou produção e o total dos insumos adquiridos de terceiros. Essa diferença representa a riqueza gerada pela empresa, e a partir disto se indica de que forma tal riqueza foi distribuída. A soma desses valores adicionados em determinado período representa o Produto Interno Bruto – PIB – do país.

Neste sentido, a DVA tem a vantagem de atender as necessidades informacionais dos seus usuários, trazendo informações de caráter mais social, ou seja, a distribuição do valor adicionado entre empregados, capitais de terceiros, governos e os sócios acionistas.

Iudícibus e Marion (1999, p.78) explicam que “Muito comum nos países da Europa Ocidental, o Valor Adicionado ou Valor Agregado procura evidenciar para quem a empresa está canalizando a renda obtida; ou ainda, admitindo que o valor o qual a empresa adiciona através de sua atividade seja um ‘bolo’, para quem estão sendo distribuídas as fatias do bolo e de que tamanho são essas fatias”.

Desta forma, a DVA pode tornar-se mais um instrumento da contabilidade colocado à disposição da sociedade, o que permitirá melhores condições de informar, avaliar e mensurar as empresas instaladas em nosso país e proporcionar novas informações acerca do que vem sendo realizado no campo social e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a globalização, surgiu a necessidade de serem padronizados os procedimentos contábeis e dotar as informações com maior transparência e qualidade. Desta forma, procurou-se adequar a parte contábil da Lei 6.404/76 a essa nova realidade econômica brasileira.

A proposta das Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado teve o objetivo de aprimorar a comunicação da contabilidade com seus usuários, atendendo assim suas necessidades informacionais. Neste sentido, atualmente está sendo bastante discutida a implantação da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). Com relação à Demonstração do Valor Adicionado (DVA), por apenas complementar as demais demonstrações, sua implantação não suscita nenhuma discussão. O que se discute é se a DFC deve ou não substituir a DOAR.

Diante disto verificaram-se os pontos convergentes e discordantes da DOAR e DFC, mostrando suas estruturas e métodos de elaboração, assim como suas principais vantagens e desvantagens. Em relação à DVA apresentou-se o método utilizado para sua elaboração e se expôs a importância da informação de cunho social e econômico para o usuário.

Observou-se que tanto a DFC quanto a DOAR demonstram informações sobre a situação financeira da empresa, mas de maneiras diferentes, pois a DOAR contempla o capital circulante líquido, estando mais voltada para análises de médio e longo prazos e detendo maior poder preditivo; a DFC evidencia o fluxo das disponibilidades, apresentando a situação de liquidez e solvência de maneira mais objetiva. Já a DVA evidencia o valor que se adiciona aos fatores de produção e a sua distribuição entre os fatores que contribuíram para gerá-la.

Devido aos posicionamentos divergentes dos autores, não há consenso a respeito da melhor demonstração a ser adotada. Contudo, prevalece a opinião de que tais demonstrações são de extrema utilidade

e importância para seus usuários, porque: a DVA apresenta informações sociais e econômicas; a DOAR fornece informações imprescindíveis aos usuários que sabem analisá-la; e a DFC, pela sua facilidade de compreensão, aprimora a comunicação da contabilidade com seu usuário.

Com relação às desvantagens, a DOAR utiliza o conceito de CCL, que é pouco compreendido pelos seus usuários; já a DFC poderá não apresentar a realidade, nos casos em que camuflar atrasos de pagamentos, ou no caso de supostamente “violar” os princípios fundamentais de contabilidade.

Embora a DFC seja mais facilmente entendida pelos seus usuários, e exista a tendência de padronização dos procedimentos contábeis, convém não seguir “cegamente” a tendência mundial. Se existem os que compreendem e utilizam a DOAR para suas decisões, o fato de alguns não a entenderem não invalida a sua utilidade.

Assim, torna-se oportuno que essas demonstrações sejam discutidas e que sejam aprofundados os estudos para justificar ou rejeitar a utilização em conjunto dos dois relatórios, haja vista que a DFC veio para ficar.

Artigo recebido em Dezembro de 2004 e aprovado para publicação em Março de 2005

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Roberto Alexandre Elias. A Capacidade informativa da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC). *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília, n.117, p.20-32, maio/jun. 1999.

ATHAR, Raimundo Aben. Demonstração do Valor Adicionado – DVA. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n.96, p.53-66, maio 1999.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Fundamentos conceituais da demonstração dos fluxos de caixa: significado, vantagens e limitações. Algumas evidências. *Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. Caderno de Estudos*. São Paulo, v.8, n.14, p.30-43, jul./dez. 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Introdução à teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também as demais sociedades*. 4. ed. ver. atual. São Paulo: Atlas, 1995.

LUTOSA, Paulo Roberto Barbosa. DOAR – Uma morte anunciada. *Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. Caderno de Estudos*. São Paulo, v.9, n.16, p.26-38, jul./dez. 1997.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENDES DE LUCA, Márcia Martins. *Demonstração do valor adicionado*. Do Cálculo da Riqueza Criada pela Empresa ao Valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. *Elaboração das demonstrações contábeis*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



Uma análise comparativa entre a demonstração das origens e aplicações de recursos ...

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Projeto de Lei nº 3.741 de 2000.
Secretaria de Assuntos Parlamentares. Disponível em:
<<http://www.presidencia.gov.br/legisla.htm>> Acessado em:
14 de abril de 2002.

Guilherme Júlio da Silva

e-mail: guilherme.ufsc@matrix.com.br

Vanessa Marcela Nascimento

e-mail: vanessa_mv@ig.com.br

